UMA ABORDAGEM LÚDICA POR MEIO DE LIVRETO PARA O LETRAMENTO JURÍDICO SOBRE O ECA DIGITAL

Tainá Aleixo Amorim
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-4927-9299
Endereço eletrônico: tainaaleixoamorim@gmail.com

Carlos Alberto Maciel Públio
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2172-1777
Endereço eletrônico: carlos.publio@uesb.edu.br

Palavras-chave: ECA digital; crianças e adolescentes; livreto educativo; gêneros do discurso, Bakhtin.

INTRODUÇÃO

Segundo o TIC Kids Online Brasil (2025), 92% das crianças e adolescentes entre 9 e 17 anos acessam a internet no Brasil. Desses, 54% já sofreram algum tipo de violência sexual online (ChildFund Brasil/SaferNet, 2025), além de estarem expostos a riscos como grooming, perfilamento publicitário, loot boxes e geolocalização insistente. A Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital) atualiza o Estatuto da Criança e do Adolescente para o ambiente virtual, mas sua efetividade depende, em grande medida, do conhecimento que crianças e adolescentes possuem acerca de seus direitos. Nesse sentido, destaca-se a importância do letramento jurídico, compreendido como o processo de tornar os direitos previstos na legislação acessíveis e compreensíveis, possibilitando seu exercício consciente no ambiente digital.

Com o propósito de contribuir para essa formação, o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (NDCA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), programa de extensão e pesquisa voltado à promoção e à defesa dos direitos de crianças e adolescentes, desenvolve ações educativas e fomenta atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas

à garantia desses direitos. Entre essas iniciativas, insere-se a elaboração do livreto[1], objeto deste estudo, voltado à educação em direitos e à cidadania digital.

Dessa forma, este trabalho, de natureza bibliográfica, tem como objeto o processo de construção do "Manual de Sobrevivência ECA Digital", um livreto educativo destinado a crianças e adolescentes de 12 a 16 anos, desenvolvido no âmbito do NDCA.

O objetivo geral é descrever a metodologia de construção do livreto à luz da teoria dos gêneros do discurso de Bakhtin (2011) e dos estudos sobre o lúdico (Negrine, 1995; Vygotsky, 1999). A justificativa reside em demonstrar a consistência teórico-metodológica do processo – e não a eficácia do produto, que é etapa futura –, rompendo com o tom monológico de campanhas institucionais e oferecendo à criança e ao adolescente uma posição responsiva (Bakhtin, 2011) que o constitua como sujeito ativo de seus direitos digitais. A questão norteadora deste trabalho é: Como a construção de um livreto lúdico e dialógico pode contribuir para o letramento jurídico de crianças e adolescentes sobre o ECA Digital? Diante disso, buscando responder essa pergunta, o livreto tem como fundamento a teoria dos gêneros do discurso de Bakhtin e os estudos sobre o lúdico.

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como um estudo bibliográfico e propositivo, voltado à à construção de uma tecnologia educacional, o livreto. O objeto é o desenvolvimento do "Manual de Sobrevivência ECA Digital", livreto para adolescentes de 12 a 16 anos, com o objetivo de informar sobre a Lei nº 15.211/2025 (ECA Digital) e estimular condutas protetivas online. A metodologia de construção fundamenta-se em dois eixos: a teoria dos gêneros do discurso de Bakhtin e os estudos sobre o lúdico no desenvolvimento infantil, conforme Negrine (1995). Não se trata de testar a eficácia do produto (etapa futura), mas de apresentar uma metodologia teoricamente sólida e alinhada à literatura sobre materiais educativos para crianças e adolescentes.

Para Bakhtin (2011), os gêneros do discurso são construídos socialmente e assumem formas relativamente estáveis em função dos contextos comunicativos. A partir desse conceito, o livreto pode ser compreendido como um gênero discursivo secundário, na medida em que reelabora enunciados primários da vida cotidiana – como conversas, dúvidas e situações de risco vivenciadas por adolescentes – em um formato com intencionalidade

[1] Livreto é uma publicação não periódica com conteúdo técnico, científico, artístico ou didático, elaborada em nível de detalhamento adequado ao público-alvo (Embrapa, 2024)

normativa e protetiva. Outro conceito central é a posição responsiva, segundo a qual os enunciados suscitam respostas e posicionamentos do interlocutor (Bakhtin, 2011). Esse princípio orienta a linguagem do material, planejada de forma dialógica e interpeladora, afastando-se do tom paternalista frequente em campanhas institucionais.

O eixo lúdico fundamenta-se na compreensão de que, nas atividades lúdicas infantis, o adulto exerce um papel de estímulo e proposição de desafios ao desenvolvimento da criança (Negrine, 1995). Nessa perspectiva, o livreto atua como um recurso mediador que estimula a reflexão e a tomada de decisões pela criança e adolescente, complementando a ação educativa dos adultos. A construção do material seguiu três etapas: 1) análise documental (ECA Digital, ECA, Marco Civil da Internet e LGPD); 2) diagnóstico situacional, baseado em dados do TIC Kids Online Brasil 2025, SaferNet e ChildFund Brasil, com foco em riscos como *grooming*, perfilamento, *loot boxes* e geolocalização insistente; e 3) elaboração do conteúdo em linguagem acessível, dialógica e lúdica, submetida à revisão por profissional da área jurídica e pedagógica. Assim, o presente trabalho enfatiza a consistência teórico-metodológica do processo de construção do material, sem pretender avaliar, neste momento, sua eficácia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados são de ordem bibliográfica. Consistem na demonstração de que a metodologia de construção – ancorada na articulação entre os conceitos bakhtinianos e a perspectiva lúdica – é consistente e pertinente para a produção de materiais educativos a crianças e adolescentes.

A partir do conceito de gênero discursivo secundário, o livreto reelabora enunciados primários do cotidiano adolescente (dúvidas sobre privacidade, medo de denunciar, relatos de pressão para compartilhar localização) em um formato educativo com força normativa. Essa abordagem rompe com o tom monológico e autoritário de muitos materiais institucionais. Segundo Bakhtin (2011), alguns enunciados são investidos de autoridade e exercem influência sobre os modos de pensar, agir e posicionar-se dos sujeitos. Um livreto meramente informativo, que apenas lista direitos e deveres em linguagem jurídica, corre o risco de reproduzir essa autoridade sem criar espaço para o diálogo. Em contraste, a metodologia proposta privilegia a relação dialógica, compreendendo o adolescente não como um receptor passivo de informações, mas como um interlocutor capaz de interpretar, responder e posicionar-se diante dos conteúdos apresentados. Nessa perspectiva, a noção de posição responsiva desenvolvida por Bakhtin (2011) orienta a construção do material, deslocando o

foco da mera transmissão de informações para a formação de um sujeito ativo, apto a reconhecer situações de risco digital e a adotar medidas protetivas, como bloquear, denunciar e buscar apoio de um adulto.

A fundamentação lúdica apoia-se na compreensão de que as atividades lúdicas favorecem o desenvolvimento infantil quando associadas a estímulos e desafios que promovem a participação ativa do sujeito (Negrine, 1995). Nessa perspectiva, o livreto atua como um mediador lúdico ao apresentar situações-problema, possibilidades de escolha e oportunidades de reflexão sobre condutas protetivas. O lúdico não é adorno, mas mecanismo que torna o conteúdo apropriável e transferível para situações reais. A literatura (Negrine, 1995) mostra que atividades lúdicas intencionais favorecem a internalização de conceitos abstratos – como os direitos digitais. O livreto transforma o abstrato em experiência quase tangível, o que é particularmente valioso porque os riscos online (*grooming*, perfilamento, *loot boxes*) são situações novas e em rápida transformação, para as quais muitas famílias e escolas ainda não desenvolveram repertórios protetivos consolidados.

Na perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento infantil é mediado pelas interações sociais e pelos instrumentos culturais disponibilizados à criança. Nesse sentido, materiais educativos organizados de forma dialógica e lúdica podem favorecer processos de aprendizagem e desenvolvimento ao promover a participação ativa e a construção compartilhada de conhecimentos (Vygotsky, 1999). Eles não substituem o adulto, mas o complementam, oferecendo um espaço de experimentação simbólica e de treinamento de respostas em ambiente seguro. O livreto, ao simular situações de risco e apresentar desfechos protetivos, cumpre uma função de letramento digital e de fortalecimento da autonomia informada das crianças e adolescentes. Dessa forma, a metodologia de construção – fundamentada em Bakhtin (posição responsiva, gêneros do discurso) e nos estudos sobre o lúdico – mostra-se eficiente para a finalidade de educar crianças e adolescentes sobre seus direitos digitais. O livreto, como metodologia de ensino, está alinhado ao entendimento de que o desenvolvimento infantil é favorecido por processos de mediação que possibilitam a internalização de conhecimentos, normas e formas de ação socialmente construídas, contribuindo para a aquisição de autonomia e para a capacidade de resposta diante de situações de risco (Vygotsky, 1999).

CONCLUSÕES

Este trabalho apresenta a metodologia de construção do "Manual de Sobrevivência

ECA Digital" fundamentada em Bakhtin (2011) e nos estudos lúdicos de Negrine (1995) e Vygotsky (1999). Os resultados indicam que a articulação entre a posição responsiva, os genêros discursivos e o lúdico constitui base teórica consistente para a produção de materiais educativos voltados a crianças e adolescentes. O livreto, ao reelaborar enunciados do cotidiano de crianças e adolescentes em formato dialógico, supera abordagens verticais e impessoais comuns em campanhas institucionais. As três etapas de construção – análise documental, diagnóstico situacional (com estatísticas do TIC Kids Online Brasil 2025, SaferNet e ChildFund Brasil) e elaboração de conteúdo acessível – foram devidamente fundamentadas. Conclui-se que a metodologia apresentada é teoricamente sólida e adequada para contribuir com a formação das crianças e adolescentes como sujeitos ativos de seus direitos no ambiente digital.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**.Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília, DF: [s.n.], 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov. br/ccivil_03/leis/l13709.htm. Acesso em: 9º abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.880, de 18 de março de 2026.** Regulamenta a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e institui a Política Nacional de Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente no Ambiente Digital. Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/decreto/d12880.htm. Acesso em: 19 abr 2026
BRASIL. **Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025**. Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **TIC Kids Online Brasil 202**5: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Cetic.br|NIC.br, 2026. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/pt- br/ 20260317181039/tic_kids_online_ 2025_livro_eletronico.pdf.pdf. Acesso em: 12 abr 2026.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO: Brasília, DF, 18 set. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm. Acesso em: [17 abr. 2026].

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Manual de produção editorial da Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa, 2024. Disponível em: Portal Embrapa – Manual de Produção Editorial. Acesso em: 14 jun. 2026

NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil:** psicomotricidade — alternativa pedagógica. Porto Alegre: Edita, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.